

**Boletim Jurídico**  
**Nº. 2 – MARÇO 2006.**

**1. Créditos com a Fazenda, compensação obrigatória de dívida com INSS.**

Desde a última terça-feira (14/3), o contribuinte que tiver crédito junto ao Ministério da Fazenda só receberá a quantia se não tiver nenhuma dívida com o INSS. Caso contrário, o valor a ser recebido deverá ser usado para abater a dívida.

A regra está prevista na Instrução Normativa 629 (a seguir), das Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União nesta terça.

Pela norma, sempre que houver débito com o INSS e crédito com a Fazenda, o contribuinte terá 15 dias para se manifestar sobre a possibilidade de compensação. Se ele não se manifestar, a compensação será feita. Se recusar, não receberá o dinheiro até quitar a dívida.

Tal Instrução Normativa fala que o contribuinte poderá discordar da aludida compensação, mas não fala em como se dará o procedimento para que o contribuinte possa exercer o seu direito de contestar a compensação indicada pelo Fisco. Não há qualquer prazo para análise da discordância, assim como não há qualquer menção às etapas que deverão ser observadas que garantam ao contribuinte a imparcialidade do procedimento. No entanto está previsto nessa IN que o Fisco dará ciência ao contribuinte da possível "compensação" que será realizada.

Devem, então os Contribuintes que se sentirem prejudicados recorrer ao judiciário, de forma até preventiva, conforme a situação, através do competente mandado segurança ou de outra medida judicial cabível.

---

*Veja a íntegra da instrução normativa:*

**“INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SRF/SRP Nº. 629, DE 10 DE MARÇO DE 2006.**

*Dispõe sobre a extinção de ofício de débito relativo às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ou*

às contribuições instituídas a título de substituição e em relação à Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social, na forma do disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, alterado pelo art. 114 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL e SECRETÁRIO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA INTERINO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso III do art. 230 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal (SRF), aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, e pelo inciso IV do art. 85 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), aprovado pela Portaria MPS nº 1.344, de 18 de julho de 2005, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, alterado pelo art. 114 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e na Portaria Interministerial MF/MPS nº 23, de 2 de fevereiro de 2006, resolve:

Art. 1º A restituição e o ressarcimento, a pessoa jurídica, de crédito remanescente dos procedimentos previstos no art. 2º da Portaria Interministerial MF/MPS nº 23, de 2 de fevereiro de 2006, ficam condicionados à comprovação da inexistência de débito em nome do sujeito passivo, relativo às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ou às contribuições instituídas a título de substituição e em relação à Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma do disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, alterado pelo art. 114 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 1º A comprovação da inexistência de débito, pela autoridade da SRF competente para promover a restituição ou o ressarcimento, dar-se-á mediante informação prestada pela SRP à SRF.

§ 2º Verificada a existência de débito, inclusive inscrito em Dívida Ativa do INSS, o valor da restituição ou do ressarcimento deverá ser utilizado para extingui-lo, total ou parcialmente, mediante procedimento de ofício.

§ 3º Para a efetivação da extinção de débito de que trata o § 2º serão adotados os seguintes procedimentos:

I – a autoridade da SRF informará à autoridade competente da SRP da circunscrição do sujeito passivo:

- a) o tipo do crédito; e
- b) o valor disponível do crédito, acrescido de juros compensatórios, quando for o caso, inclusive com menção à incidência ou não dos referidos juros;

II – a autoridade da SRP intimará o sujeito passivo para que manifeste sua concordância em relação ao procedimento de extinção de ofício, no prazo de quinze dias, sendo o seu silêncio considerado como aquiescência;

III – havendo concordância do sujeito passivo, expressa ou tácita, a autoridade da SRP adotará os seguintes procedimentos:

- a) informará à autoridade da SRF o débito a ser extinto, discriminado por valor do principal, da multa, dos juros e da atualização monetária, quando for o caso;

b) encaminhará à autoridade da SRF cópias da intimação expedida ao sujeito passivo e dos documentos que comprovem o recebimento da intimação e, se for o caso, a concordância expressa do sujeito passivo em relação à extinção de ofício, as quais instruirão processo administrativo perante a unidade da SRF competente para efetuar a extinção de débito de ofício.

§ 4º Na hipótese de o sujeito passivo manifestar discordância em relação à extinção de ofício:

I – a autoridade da SRP dará ciência desse fato à autoridade da SRF e encaminhará cópia do documento que comprove a discordância; e

II – a autoridade da SRF competente para efetuar a extinção reterá o valor da restituição ou do ressarcimento até que o débito seja liquidado.

§ 5º Existindo simultaneamente dois ou mais débitos a serem extintos, a autoridade da SRP informará à autoridade da SRF a ordem de precedência a ser considerada na extinção, observado o que dispõe o art. 163 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

§ 6º Havendo concordância, a extinção de ofício será efetuada pela autoridade da SRF e o saldo credor, porventura remanescente, será restituído ou ressarcido ao sujeito passivo.

§ 7º Na extinção de débito em procedimento de ofício de que trata este artigo, os créditos utilizados serão valorados na forma prevista em ato normativo da SRF.

§ 8º O valor da multa, dos juros e da atualização monetária, referidos na alínea “a” do inciso III do § 3º, deverá ser calculado até o mês em que for efetuada a extinção de ofício do débito.

§ 9º Para os fins deste artigo:

I – a autoridade competente para efetuar a extinção de débito de ofício é o Delegado da Receita Federal competente para promover a restituição ou o ressarcimento; e

II – a autoridade competente da SRP é o Delegado da Receita Previdenciária do domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 2º A extinção de débito, na forma do disposto no art. 1º, será realizada mediante emissão de Guia da Previdência Social (GPS) por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), observado o seguinte:

I – o valor bruto do crédito, utilizado na extinção do débito em nome do sujeito passivo, será debitado à conta do tributo respectivo;

II – a parcela utilizada para a extinção do débito em nome do sujeito passivo será creditada à conta do INSS.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID”

## 2. Prazo para declaração de recurso no exterior.

Todas as pessoas físicas, e empresas que tem mais de US\$ 100.000,00 no exterior precisam declarar a existência de tais recursos ao Banco Central. A declaração leva em conta os investimentos e aplicações em mercados estrangeiros em 31 de dezembro. Para esse dia, vale a cotação de R\$ 2,34.

O acerto de contas com o BC poderá ser feito desde 9:00 hs. de ontem até às 20:00 hs de 31 de maio diretamente na internet em [www.bc.gov.br](http://www.bc.gov.br)

Segundo o chefe do departamento de combate a Ilícitos Financeiros, supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais do Banco Central. Ricardo Liao, a declaração serve para que “o Brasil conheça, de forma detalhada, as riquezas que possui no exterior”.

As informações também são usadas para formulação da política econômica nacional e são relevantes para a avaliação do risco-Pais, diz nota do BC.

Quem deixar de declarar paga multa máxima de R\$ 125.000,00 ou 5% do investimento e/ou aplicação no exterior, valendo o que for menor. Se a informação for entregue fora do prazo, entre 1º de junho e 31 de julho, a multa prevista pode chegar a R\$ 50.000,00. Se informação declarada for falsa, a penalidade pode ser de até R\$ 250.000,00.